

PORTARIA N.º 4576/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 028/2012-MP/CPJ, de 3 de outubro de 2012;
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 063/2015/CPJCRIM, de 23/7/2015, protocolizado sob o nº 33995/2015, em 27/7/2015, R E S O L V E:
DESIGNAR o Dr. RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, 9º Procurador de Justiça Criminal, sem prejuízo de suas atribuições, para responder pelo expediente do 13º Procurador de Justiça Criminal, durante o impedimento da Drª. UBIRAGILDA SILVA PIMENTEL, no período de 6/7 a 4/8/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 4577/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 111/2015-MP/CPCÍVEL, de 27/7/2015, protocolizado sob o nº 34094/2015, em 28/7/2015, R E S O L V E:
DESIGNAR a Drª. MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES DE SOUZA, 5º Procurador de Justiça Cível, sem prejuízo de suas atribuições, para responder pelo expediente do 3º Procurador de Justiça Cível, durante o impedimento da Dr. ANTONIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, no período de 28 a 31/7/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 4675/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA em exercício, usando das atribuições estabelecidas no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar n.º 057, de 6 de julho de 2006;
CONSIDERANDO a nomeação contida no ato n.º 065/2015, publicado no Diário Oficial do Estado n.º 32901, em 9/6/2015;
CONSIDERANDO a licença do Promotor de Justiça Alfredo Martins de Amorim;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo da Promotoria de Justiça de Itaituba;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça Substituto de 1ª entrância GUILHERME LIMA CARVALHO para exercer o 2º cargo da Promotoria de Justiça de Conceição do Araguaia, no período de 11 a 18/8/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém 10 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 4676/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 028/2012-MP/CPJ, de 3 de outubro de 2012;
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 077/2015/CPJCRIM, de 4/8/2015, protocolizado sob o nº 35841/2015, em 5/8/2015, R E S O L V E:
DESIGNAR o Dr. CLÁUDIO BEZERRA DE MELO, 1º Procurador de Justiça Criminal, sem prejuízo de suas atribuições, para responder pelo expediente do 9º Procurador de Justiça Criminal, durante o impedimento do Dr. RICARDO ALBUQUERQUE DA SILVA, no período de 4 a 7/8/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 5 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 4677/2015-MP/PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e

art. 18, IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057/2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO os termos do art. 5º da Resolução nº 011/2014-MP/CPJ;
CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 114/2015-MP/CPCÍVEL, de 4/8/2015, protocolizado sob o nº 35168/2015, em 4/8/2015, R E S O L V E:
DESIGNAR a Drª. MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA, 15º Procurador de Justiça Cível, sem prejuízo de suas atribuições, para responder pelo expediente do 3º Procurador de Justiça Cível, durante o impedimento da Dr. ANTÔNIO EDUARDO BARLETA DE ALMEIDA, no período de 4 a 7/8/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, Belém, 10 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça, em exercício

PORTARIA N.º 4728/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013,
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Polyana Brasil Machado de Souza;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Tomé-Açu;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça BRENDA MELISSA FERNANDES LOUREIRO BRAGA para exercer nas Promotorias de Justiça de Tomé-Açu, as atribuições do 2º cargo, no período de 4/8 a 2/9/2015, sem prejuízo das demais atribuições.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONCA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 4729/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Lígia Valente do Couto de Andrade Ferreira;
CONSIDERANDO as férias da Promotora de Justiça Cremilda Aquino da Costa;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º e 3º cargos das Promotorias de Justiça de Conceição do Araguaia;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;
R E S O L V E:
DESIGNAR os Promotores de Justiça abaixo nominados para, sem prejuízo das demais atribuições, exercerem nas Promotorias de Justiça de Conceição do Araguaia, as seguintes atribuições, nos períodos indicados:

I - CREMILDA AQUINO DA COSTA, do 1º cargo, no período de 20/7 a 1º/8/2015;
II - ALFREDO MARTINS DE AMORIM, do 3º cargo, no período de 2 a 19/7/2015;
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONCA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,
Área jurídico-institucional.

PORTARIA N.º 4730/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a licença do Promotor de Justiça Alfredo Martins

de Amorim;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 2º cargo das Promotorias de Justiça de Conceição do Araguaia;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça do mesmo polo;
R E S O L V E:
DESIGNAR a Promotora de Justiça CREMILDA AQUINO DA COSTA para exercer nas Promotorias de Justiça de Conceição do Araguaia, as atribuições do 2º cargo, no período de 4 a 18/8/2015, sem prejuízo das demais atribuições.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONCA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,Área jurídico-institucional.
PORTARIA N.º 4734/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a licença da Promotora de Justiça Vera Lúcia Andersen Pinheiro;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do 1º cargo da Promotoria de Justiça de Família de Belém;
CONSIDERANDO que a designação de Promotor de Justiça deve recair, preferencialmente, sobre Promotores de Justiça da mesma entrância e do mesmo polo;
CONSIDERANDO o disposto no expediente protocolizado sob n.º 32360/2015;
R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça MARCELO MAIA DE SOUSA para exercer na Promotoria de Justiça de Família de Belém, as atribuições do 1º cargo, no período de 6 a 17/7/2015, sem prejuízo das demais atribuições.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONCA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,Área jurídico-institucional.
PORTARIA N.º 4735/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a eficaz continuidade dos serviços ministeriais no âmbito do cargo da Promotoria de Justiça de Uruará;
CONSIDERANDO o disposto no Ofício n.º 164/2015-MP/COORD/ATM, datado de 24/7/2015, protocolizado sob n.º 34246/2015, em 28/7/2015;
R E S O L V E:
DESIGNAR os Promotores de Justiça BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS e PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN para, sem prejuízo das demais atribuições e em regime de mutirão, exercerem as atribuições do cargo da Promotoria de Justiça de Uruará, no período de 3 a 24/8/2015.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL. Belém, 11 de agosto de 2015.

JORGE DE MENDONCA ROCHA
Subprocurador-Geral de Justiça,Área jurídico-institucional.
PORTARIA N.º 4736/2015-MP/PGJ
O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA JURÍDICO-INSTITUCIONAL, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA Nº 4574/2013-MP/PGJ, de 24 de Julho de 2013;
CONSIDERANDO o disposto no art. 10, inciso IX, alínea f, da Lei Federal nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e no art. 18, inciso IX, alínea f, da Lei Complementar nº 057, de 06 de julho de 2006 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);
CONSIDERANDO o disposto no ofício n.º 306/2015-MP/CMP/Stm, de 29/6/2015, protocolizado sob n.º 29761/2015, em 2/7/2015;
R E S O L V E:
REVOGAR a designação da Promotora de Justiça DULLY SANAE ARAÚJO OTAKARA para exercer nas Promotorias de Justiça de Santarém, as atribuições do 14º cargo, contida na portaria nº 3230/2015-MP/PGJ, de 2/6/2015.